



Depois de comunicada da rejeição das bases sobre a sua proposta de PLR, a direção da Petrobras chamou a FNP para reunião, mas, mesmo diante dos argumentos e confirmação dos sentimentos das bases, não apresentou nova proposta na reunião com os sindicatos da FNP e o Sindipetro-RJ, no dia 4 de julho. Após corte de rendição na Revap, sexta-feira, 13, finalmente, a direção da empresa se mexeu e convocou reunião para o dia 17, às 16h, a fim de apresentar nova proposta de PLR.

A FNP já havia indicado aos seus sindicatos a realização de setoriais para aprovar atrasos de, no mínimo, uma hora, podendo ampliar e fazer em conjunto com as bases que estejam junto conosco nessa luta até a empresa apresentar proposta que atenda a demanda da categoria.

Em São José dos Campos, há movimentos desde abril. Nós esperamos contar com o apoio de toda a categoria até a assinatura do acordo para forçar a empresa a negociar um valor digno para os trabalhadores.

Desde o fim de dezembro, a direção da

Petrobras enrola para ganhar tempo e desmotivar a luta da categoria. Cobramos há muito tempo a discussão do montante e a forma de distribuição antes da Assembleia Geral dos Acionistas. Já se passaram setes meses desde que começamos a solicitar reunião para negociar a PLR 2011.

Nesse meio tempo, a empresa vai muito bem, obrigado! Aumentou a previsão de investimentos para os próximos anos, ganhou com o aumento da gasolina e do diesel (que vai aumentar de novo) em que o governo abriu



mão da CIDE, mantém a posição de número 75 no ranking das empresas mais valiosas do mundo, tem sua marca avaliada em US\$ 10,5 bilhões e teve lucro líquido de R\$ 33.100.699 bilhões no ano passado. Ou seja, a empresa tem condições reais de apresentar uma

proposta digna para a categoria, mas apresentou até aqui a menor proposta de PLR dos últimos anos.

Em 2011, foram destinados para a Diretoria Executiva da Petrobras o valor de R\$ 1.400.714,79 e mais o mesmo montante como “bônus por desempenho”, totalizando R\$ 2.801.429,58. A média foi de R\$ 400 mil pagos a cada um dos sete membros da diretoria executiva da Petrobras. Em 2012, a quantia pode chegar a R\$ 500 mil por diretor.

Já para a categoria foi destinada no ano passado 12,2% do equivalente repassado aos acionistas, sendo que a lei nos permite até 25%.

Este ano, a empresa propôs para a PLR dos trabalhadores 10,8% do equivalente repassado aos acionistas. Assim não dá. Isso é retrocesso.

Por isso, a direção da empresa tem que aumentar o montante proposto e dividir em partes iguais. Os gerentes e diretores têm que receber a mesma quantia dos trabalhadores. É por isso que a FNP luta! É com esta proposta que nós vamos para essa negociação!

O governo federal criou um barril de pólvora na região de Altamira, no Pará, para beneficiar grupos de construtoras e políticos.

Todas as populações ameaçadas e expulsas da região por causa da barragem do rio Xingu se revoltaram contra essa agressão violenta ao meio ambiente e ao sustento do povo que vivia as margens do rio Xingu. O governo federal r e a g i u criminalizando esses povos.



Agora 11 militantes de movimentos sociais da região, entre eles um padre, uma freira, um pescador que teve sua casa destruída pelas empreiteiras e um documentarista, estão sendo indiciados como criminosos.

Há o agravante de que as polícias civil e militar, em Altamira, são em grande parte, “patrocinadas e financiadas pelas próprias empresas que constroem Belo Monte”, por conta de um termo de

cooperação assinado com o governo do Pará.

O Estado brasileiro assumiu o papel de violador dos direitos constitucionais e dos direitos humanos.

Em São José dos Campos, o sindicalista Fabrício Rodrigues foi preso no dia 4 de julho ao participar da atividade de campanha

salarial do Sindicato dos Condutores do Vale do Paraíba. A polícia, que tentava coibir as mobilizações do Sindicato dos Condutores, deteve o

sindicalista aleatoriamente para enfraquecer a Campanha Salarial dos motoristas e cobradores.

A detenção foi armada para criminalizar o sindicalista do mesmo jeito que a polícia planta drogas em carros de cidadãos para arrancar dinheiro.

A Prefeitura de São José já vem com uma série de ataques contra os trabalhadores do transporte. A Secretaria de Transportes e as

empresas de ônibus colocaram cinco linhas para operar sem cobrador desde 1º de junho. A prefeitura quer obrigar o motorista a dirigir, cobrar, conferir o troco, dar assistência ao cadeirante, prestar informação ao usuário e enfrentar o trânsito sozinho. Isso sem falar no risco de demissões dos cobradores.

A detenção do Fabrício fere o pleno direito de organização sindical e é parte da política de criminalizar a luta dos trabalhadores que está se tornando prática em nosso país e na região.

Vale lembrar que na Petrobras existe a mesma arapuca contra os petroleiros com o exército fazendo treinamento de guerra dentro das refinarias para, em caso, de mobilizações da categoria, agir com violência e criminalizar a nossa luta.

Basta! Exigimos dos governos Federal, Estadual e Municipal a imediata libertação desses trabalhadores, que hoje são presos políticos em um país que se diz democrático.

O governo começou a discutir a reforma do Código Criminal e pretende colocar a criminalização dos movimentos sociais no pacote. Com a desculpa de discutir a menoridade penal e outros pontos, os deputados e senadores querem acabar com o direito democrático às manifestações.

A intenção dos políticos é facilitar a exploração capitalista dos governos e patrões impedindo o povo de se manifestar. Quem se levantar contra a opressão será tratado como criminoso, o que já está acontecendo em várias partes do país, como na construção das usinas hidrelétricas de Roraima e do

Pará, nas greves pelo país afora e por aí vai. É a volta da Ditadura do porrete!

Quem tem que ser criminalizado e punido são os juízes que vendem sentenças, habeas corpus e policiais envolvidos com extorsão e drogas.

Contra o golpe ao direito de lutar! Lutar é direito!

O governo quer aproveitar o período eleitoral para fazer alterações no regime previdenciário. É claro que sempre que o governo mexe na Previdência é para meter a mão nos nossos direitos, conquistados ao longo de décadas de contribuição para o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

O Congresso quer aproveitar que daqui pra frente todo mundo só pensa e fala em eleição para extinguir o fator previdenciário, mas estipular uma idade mínima ainda maior para a aposentadoria. O fator previdenciário é um roubo inventado pelo governo FHC e mantido por Lula e Dilma para reduzir em até 30% o valor da aposentaria.

Com isso, o governo troca o roubo do fator previdenciário pelo aumento da idade mínima. É mais sacanagem e ataque aos nossos direitos.

Esses ataques fazem parte da Reforma da Previdência, que o governo federal ameaça impor há anos. A reforma criaria carência para recebimento de pensões nos



casos de morte. Só haveria benefício para órfãos e cônjuges com contribuição mínima de dois anos. Seria extinta a pensão vitalícia para o viúvo ou a viúva com menos de 40 anos.

O que deve ser cortado é o auxílio-paletó, o auxílio-moradia, as verbas de gabinete, as falcatruas com as empreiteiras contratadas para obras públicas, o roubo do dinheiro público de todas as formas possíveis e imagináveis dessa corja de políticos

corruptos e exploradores que sugam o povo.

O trabalhador tem que estar atento, inclusive por causa das eleições. Vamos protestar e nos levantar contra qualquer retirada de nossos direitos e isso também terá que ficar claro este ano nas urnas.

Trabalhador não vota em quem entrega e retira direitos do trabalhador! Uma das alternativas é renovar todas as cadeiras das câmaras e prefeituras. Isso pode melhorar o nível dos governos. Renove!

A Justiça do Trabalho de Minas Gerais determinou que um banco pague hora extra pelo tempo que um funcionário gastou para fazer cursos na internet em sua casa, após a jornada de trabalho. A decisão da juíza substituta da 31ª Vara do Trabalho em Belo Horizonte

Jane Dias do Amaral foi mantida no último dia 20 pelo TRT-MG (Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais), mas não se aplica automaticamente a outros casos.

Cabe recurso, mas de qualquer forma já é uma vitória importante para os trabalhadores, já que, hoje em

dia, devido à dinâmica do trabalho, muitas vezes, o trabalhador é obrigado implicitamente a realizar um curso no horário de descanso para atender a empresa.

Agora esperamos que a decisão se espalhe para outros estados e tribunais do trabalho pelo país afora.

A Petrobras só paga hora extra quando a viagem ocorre em dia de folga e apenas referente ao limite de horas da jornada normal. Portanto, se o petroleiro viaja a trabalho para a empresa em dia comum, mesmo excedendo as horas normais, não recebe nada de extra.

Essa discussão foi levantada recentemente em reunião de acompanhamento de ACT. Nós entendemos que

o trabalhador deve ter esse direito, mas qualquer mudança nessa regra deve ser pleiteada em Acordo Coletivo de Trabalho. Veja a cláusula do ACT sobre o tema:

**“Cláusula 26ª – Serviço Extraordinário - Viagem a Serviço**

**No caso de viagem a serviço da Companhia que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a**

**Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal.”**

Por causa disso é tão importante os trabalhadores participarem das assembleias de aprovação ou rejeição de Acordo Coletivo proposto pela empresa. Só com pressão e mobilização das bases nós vamos conquistar esse e outros direitos no Acordo Coletivo.

“Um assessor de 3º nível de um deputado, que tem esse título para justificar os seus ganhos, mas que não passa de um ‘ASPONE’ ou um mero estafeta de correspondências, ganha mais que um cientista-pesquisador da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, com muitos anos de formado, que dedica o seu tempo buscando curas e vacinas para salvar vidas.”

A FNP irá realizar o VI Congresso da Federação Nacional dos Petroleiros no Sindipetro-SJC nos dias 27, 28 e 29 de julho. Todos os trabalhadores e trabalhadoras da base estão convidados a participar das palestras e debates.

Os pontos principais do Congresso serão: a Campanha de PLR, a construção da pauta de Campanha Salarial, a organização contra a prática de punições, os ataques da Petros/Petrobras/FUP contra

os não repactuados com a reabertura da repactuação e demandas específicas das bases.

A abertura do evento ocorrerá no dia 27, sexta-feira, com as saudações e análise da conjuntura política da categoria petroleira e da classe trabalhadora.

**Participem!**



# TOCHA

## FNP indica mobilizações por PLR

Após corte de rendição na Revap, Petrobras convoca nova reunião

O SINDIPETRO/SJC ESTÁ DE PORTAS ABERTAS. ASSOCIE-SE!

# **Patrões e governos criminalizam as lutas dos trabalhadores**

*Polícia prende ilegalmente, no Pará, até padre e freira; em São José, sindicalista é preso por lutar por aumento salarial*

**Reforma do Código Criminal pode afetar a luta dos trabalhadores**

**Governo quer atacar o direito à aposentadoria;  
INSS sofre com o desvio das nossas contribuições**

**Justiça do Trabalho reconhece como hora  
extra curso on-line feito em casa**

**Hora Extra em Viagem:  
nós queremos este direito por inteiro!**

**PARA REFLETIR**

**VI Congresso Nacional da FNP**

---